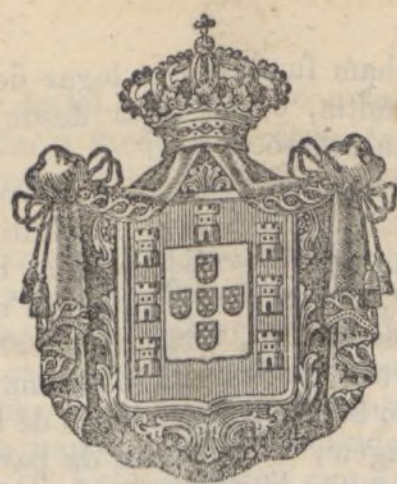


ASSIGNATURAS

Por um anno	104000
Por seis meses	54000
Por tres meses	34000
Arvelso por folha	3040
Anuncios, por linha	3060

A correspondencia official da capital do-re ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

Por um anno	124000
Por seis meses	64000
Por tres meses	34000
Comunicados e correspondencias, por linha	3060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Com estampilha 3\$600 réis
Sem estampilha 3\$000 „

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda colleções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por colleção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Sendo presente a Sua Magestade El-Rei a representação datada de 25 de fevereiro ultimo, em que o delegado do thesouro no districto de Vizeu, José Maria Marques Caldeira, deu parte da aquisição, que teve lugar por suas diligencias, de uma porção de livros de notas, que comprehendiam muitas escripturas de emprasamentos e de capitais mutuados pelos extinctos conventos, de grande interesse para a fazenda nacional, vista a falta de esclarecimentos devida ao fatal incendio que ha annos teve lugar no edificio do seminario em que existia o cartorio d'aquella repartição; pedindo, se mandasse pagar a folha da despesa que se havia feito, na importância de 9\$600 réis: e reconhecendo o mesmo augusto senhor pelas ditas diligencias e por outras de que já anteriormente havia dado conta, de que resultaram iguaes aquisições de muita importância, o zelo, intelligencia e actividade, com que o mesmo delegado se emprega no serviço publico: houve por bem mandar louvar o seu procedimento, e ordenar, que pela direcção geral da contabilidade se mandasse pagar a importância da folha de que se trata. O que Sua Magestade El-Rei manda pela direcção geral dos proprios nacionaes communicar ao delegado do thesouro no districto de Vizeu para seu conhecimento e satisfação.

Paço, 12 de março de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.—Para o delegado do thesouro no districto de Vizeu.

Na lista de venda de bens nacionaes n.º 1241-A, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 52, de 3 do corrente mez, verba n.º 27904, onde está=36\$000 réis=leia-se=36\$800 réis= e a somma onde está=335\$920=leia-se=336\$720.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

Para os effectos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver requerido por este ministerio D. Anna Placida da Cunha Castro e Almeida, viuva do major reformado addido a veteranos Francisco José de Almeida, o pagamento dos vencimentos que ao mesmo major reformado ficaram em divida em dezembro ultimo.

Para os effectos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se terem requerido por este ministerio D. Maria da Assumpção e Silva e D. Maria Emilia da Assumpção e Silva, viuva e filha do marechal de campo e vogal do supremo conselho de justiça militar, Florencio José da Silva, o pagamento dos respectivos vencimentos, que o mesmo deixou de receber em fevereiro ultimo.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

N.º 46

Repartição do chefe do estado maior da marinha 25 de fevereiro de 1860

ORDEM DA ARMADA

S. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e do ultramar manda publicar á armada o seguinte:

Por decreto de 28 de dezembro do anno proximo passado:

Concedendo a Antonio Candido Ferreira, patrão-mór da ilha de S. Vicente, e a José do Couto Aguiar, patrão-mór da ilha do Sal, na provincia de Cabo Verde, a graduação de 2.º tenentes da armada, sem direito a vencimento, nem a acesso, e somente para gosarem as honras respectivas a esses postos, durante o exercicio dos cargos que actualmente occupam.

Por decreto de 4 do corrente mez:

2.º tenente da armada, o guarda marinha Eduardo Henrique de Lima Metzner, por se achar completamente habilitado na conformidade da lei.

Por decreto de 6:

Concedendo a graduação honoraria de 2.º tenente ao 1.º mestre da armada e patrão-mór da ilha de S. Miguel, Domingos de Azevedo, para o fim tão somente de gosar as honras e usar dos respectivos uniformes, em quanto exercer aquellas funções.

Por decretos de 9:

Addido ao corpo de veteranos de marinha, o cirurgião de divisão da armada, José Antonio Maia, por ter sido julgado incapaz de serviço activo pela junta de saude naval.

Promovidos, a cirurgião de divisão, o cirurgião

de 1.ª classe da armada, Francisco Antonio de Mattos; e a cirurgião de 1.ª classe, o de 2.ª José Maria de Mello Dias.

Portaria de 11
Declarando justificados os motivos pelos quaes o cirurgião de 1.ª classe da armada, Herculanio de Sá Correia, não compareceu á hora de seguir viagem no vapor *Maria Anna*.

Portaria de 16
VAPOR MARIA ANNA

Commandante, o 1.º tenente da armada, Domingos de Sousa Rodrigues, que já se achava encarregado do commando d'este navio, e n'esta data foi mandado abater o effectivo da corveta *Bartholomeu Dias*, a que pertencia.

Officio de 18

Remettendo copias dos seguintes decretos:
Promovendo a 2.º tenentes da armada os guardas marinhas, completamente habilitados, Pedro Ignacio do Rio Carvalho, e João Rafael da Silveira Bayão: o primeiro por decreto de 13, e o segundo de 14, ambos do corrente mez de fevereiro.

Officio de 23

Participando que por decreto de 6 do corrente mez foi agraciado com a mercê do grau de cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz o 1.º tenente da armada, Antonio Maria dos Reis.

Participando que por officio da secretaria da camara dos srs. deputados, d'esta data, foi resolvido pela mesma camara, que o conselheiro chefe de divisão, Francisco Soares Franco, podesse accumular, querendo, as funções de deputado com as do emprego que actualmente exerce de chefe do estado maior da marinha.

Officio de 25

Remettendo copias dos decretos de 22 do corrente mez, pelos quaes são promovidos, a cirurgião de divisão, o cirurgião de 1.ª classe da armada, Herculanio de Sá Correia; e a cirurgião de 1.ª classe, os de 2.ª José Joaquim da Conceição Gomes, e Francisco José dos Santos Chaves Junior.

Officio de 25

Participando que, por portaria d'esta data, foi exonerado do lugar de inspector dos trabalhos do arsenal da marinha o 1.º tenente da armada Francisco de Paula Ferreira de Mesquita, para servir de guarnição na corveta *Bartholomeu Dias*.

Declara-se o seguinte:

Que o nome do 1.º tenente da armada, commandante da 10.ª companhia do corpo de marinheiros, a quem foi conferida a licença de dois mezes para se tratar, publicada na ordem da armada n.º 14, é Joaquim José de Barros.

Em 8

Por portaria d'esta data, teve vinte dias de licença para ir á cidade de Faro, tratar de negocios de sua casa, o guarda marinha de commissão, Ernesto Augusto da Silva Cordeiro.

Mappa estatístico do numero de individuos que no seu commercio usavam de vara e covado em 31 de dezembro de 1859, no districto de Beja.

DISTRICTO	CONCELHOS	FREGUEZIAS	NUMERO DE INDIVIDUOS	NUMERO DE MEDIDAS		TOTAL
				Vara	Covado	
Aljustrel		Nossa Senhora da Oliveirainha	9	9	4	51
		Nossa Senhora dos Remedios	4	4	4	
		Salvador	5	6	6	
		S. João de Negrilhos	1	1	1	
		S. Julião	5	8	8	
Almodovar (a)		Alvito	7	8	8	42
		Odivellas	2	2	2	
		Torrião	7	7	7	
		Villa Nova da Baronia	5	4	4	
Barrancos (b)		Albernoa	2	2	2	117
		Baleizro	6	6	6	
		Beringel	4	4	4	
		Mombaja	2	2	2	
		Quinta	3	3	3	
Beja		Salvada	6	6	6	117
		Salvador	3	3	3	
		Santa Maria	9	10	8	
		Santa Victoria	4	4	4	
		S. João Baptista	10	17	17	
Castro Verde		S. Thiago	4	4	4	134
		Nossa Senhora da Conceição de Castro Verde	4	6	6	
		Santa Barbara	4	4	4	
		S. João Baptista de Casevel	2	2	2	
		S. Marcos	3	3	3	
Cuba		S. Thiago de Entradas	2	2	2	20
		S. Vicente	5	5	5	
		Villa Alva	3	3	3	
		Villa Nova	2	2	2	
		Alfândega	4	4	4	
Ferreira		Peroguarda	1	1	1	38
		Ferreira	14	14	14	
		Alc. Ruiva	3	3	3	
		Corte de Pinto	2	2	2	
		Espirito Santo	3	3	3	
Mertola		Santa Anna	45	45	8	127
		S. Bartholomeu	7	7	7	
		S. João	15	15	1	
		S. Miguel	16	16	3	
		S. Sebastião	6	6	1	
Moura (c)		Cercal	3	3	3	110
		Collos	6	6	6	
		Reliquias	1	1	1	
		Saboya	2	2	2	
		Salvador	8	8	7	
Odemira		Santa Clara	2	2	2	34
		Santa Luzia	3	3	3	
		Santa Maria	5	5	5	
		S. Lúcia	3	3	3	
		S. Martinho	15	15	4	
Ourique		S. Theotónio	6	6	5	73
		Valle	9	9	2	
		Villa Nova de Milfontes	2	2	2	
		Conceição	1	1	1	
		Garvão	3	3	3	
Serpa		Ourique	8	8	8	36
		Panóias	2	2	2	
		Santa Anna da Serra	2	2	3	
		Brinches	5	5	5	
		Ficalho	1	1	1	
Vidigueira		Salvador	15	15	13	36
		Santa Maria	11	11	10	
		S. Bento	6	6	6	
		Marmellar	1	1	1	
		Pedregão	2	2	2	
Total das medidas		Salmes	2	2	2	682
		Vidigueira	9	9	9	
		Villa de Frades	4	4	4	

(a b c) As camaras municipaes d'estes concelhos ainda não enviaram os mappas, que por esta inspecção geral lhes foram pedidos.

Inspeção geral dos pesos e medidas do reino, 29 de fevereiro de 1860.—O inspector geral, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira.

Mappa estatístico do numero de individuos que no seu commercio usavam de vara e covado em 31 de dezembro de 1859, no districto de Faro

DISTRITO	CONCELHOS	FREGUEZIAS	NUMERO DE INDIVI- DUOS	NUMERO DE MEDIDAS		TOTAL
				Vara	Covado	
Faro.	Albufeira	Albufeira	8	8	8	26
		Guia	3	3	1	
	Alcoutim (a)	Paderne	4	4	1	-
		Castro-Marim (b)	-	-	-	
	Faro.	Estos	4	4	4	99
		Santa Barbara	2	2	2	
		S. Braz	11	11	11	
		S. Pedro	6	6	5	
		S. Est.	31	31	23	
	Lagôa	Estombar	3	3	3	24
		Ferragudo	2	2	2	
		Lagôa	7	7	7	
		Aljezur	3	3	3	
	Lagos.	Budens	1	1	1	82
		Odeseixas	2	2	2	
		Baptista	1	1	1	
		Santa Maria	8	8	8	
		S. Sebastião	22	22	22	
	Loulé.	Villa do Bispo	4	4	4	109
Alte		16	16	4		
Bolgumene		15	15	2		
Salis		12	12	2		
Faro.	Monchique (c)	S. Clemente	32	33	25	-
		-	-	-		
	Olhão	Moncaparacho	3	3	3	74
		Olhão	34	34	34	
	Silves.	Alcantarilha	5	5	5	60
		Algor	3	3	3	
		Pera	2	2	2	
		S. Bartholomeu	6	6	6	
		S. Marcos	2	2	2	
	Tavira.	Silves	11	12	12	80
		Cachopo	5	5	5	
		Conceição	-	-	-	
		Fuente	6	6	6	
		Luz	-	-	-	
	Villa Nova de Portimão	Santa Catharina da Fonte do Bispo	20	20	20	43
		Santa Maria	-	-	-	
		Santo Estevão	-	-	-	
		S. Thiago	9	9	9	
		Nossa Senhora de Assumpção	1	1	1	
Villa Real de Santo Ant.º	Nossa Senhora da Conceição	20	19	20	24	
	S. Salvador de Alvor	1	1	1		
	Cacella	3	3	3		
	Villa Real de Santo Antonio	6	12	6		
Total das medidas						621

Soares=Lara=Albergaria.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 2 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Amarante, no anno economico de 1856 a 1857, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que, visto o orçamento a fl. 5, e os supplementares a fl. 7 e 8, approvados por accordos do conselho de distrito de 12 de junho e 9 de outubro de 1856, e de 8 de julho de 1857, pelos quaes se mostra que a importancia total, orçada como propria do anno a que respecta a conta de que se trata, não chega a 4:000\$000 réis; visto o que dispõe o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto do anno proximo passado; não compete ao mesmo tribunal o julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Amarante, no anno economico de 1856 a 1857, de que se trata neste processo. Lisboa, 24 de fevereiro de 1860.—Lara, relator.—Albergaria.—Dr. Nogueira Soares=Margiochi.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 2 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Silves, no anno economico de 1850 a 1851, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que, visto o orçamento a fl. 97 v., approvado por accordo do conselho de distrito de 13 de junho de 1850, pelo qual se mostra que a receita ordinaria, não comprehendendo as dividas activas, é de 2:763\$220 réis; visto o que dispõe o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859; não compete ao mesmo tribunal o julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Silves, no anno economico de 1850 a 1851, de que se trata neste processo. Lisboa, 24 de fevereiro de 1860.—Lara, relator.—Albergaria.—Dr. Nogueira Soares=Margiochi.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 2 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Alenquer, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que vistos os orçamentos primitivos do fl. 3 a 5, e supplementares fl. 6 e 8, todos devidamente approvados, dos quaes consta que a receita da camara municipal do concelho de Alenquer para o anno economico de 1851 a 1852, de que se trata, ainda incluindo as dividas activas na importancia de réis 1:847\$755, está orçada em réis 3:828\$369; e considerando que, na conformidade da disposição do n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto ultimo, este tribunal só é competente para julgar em unica instancia as contas das camaras municipais e mais corporações similhantes, cujos rendimentos annuaes excedem de 4:000\$000 réis, segundo os orçamentos devidamente approvados; não é da competencia d'este tribunal o julgamento da conta de que se trata neste processo.

Lisboa, 17 de fevereiro de 1860.—Albergaria, relator.—Dr. Nogueira Soares=Lara.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 2 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da camara municipal da Villa Nova da Barquinha, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que, visto o orçamento fl. 114 da camara municipal da Villa Nova da Barquinha para o anno de 1851 a 1852, mostra-se que a receita propria do anno, conforme o mesmo orçamento, é de 2:649\$596 réis; attendendo pois á disposição do n.º 2.º do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto de 1859, e a que o saldo do anno anterior e as dividas passivas não devem para os effectos do mesmo artigo computar-se na receita propria do anno, não compete ao tribunal o julgamento d'este processo.

Lisboa, 17 de fevereiro de 1860.—Dr. Nogueira Soares, relator.—Lara=Albergaria.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 2 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade do receptor da freguezia de Santa Isabel (3.ª secção do bairro de Alcantara), desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1857, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no 1.ª secção do tribunal de contas: visto o estado do ajustamento da conta fl. 2, da responsabilidade de Manoel Joaquim da Silva, como receptor da freguezia de Santa Isabel (3.ª secção do bairro de Alcantara), desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1857; vistos os documentos e demonstrações que o comprovam; visto o relatório da repartição competente e resposta fiscal; visto, finalmente, o recibo fl. 140; mostra-se que o debito deste responsável é de réis 97:007\$714, sendo 46:886\$857 réis importancia do saldo em documentos de cobrança e dinheiro, que passou por balanço da conta anterior do mesmo responsável; e que o credito é de uma igual quantia de 97:007\$714 réis, importancia das entregas realizadas nas caixas contras do ministerio da fazenda, tanto na somma de 40:551\$006 réis (demonstração fl. 2 a fl. 4), como da de 55 réis (recibo fl. 140), importancia das annullações na quantia de 1:502\$651 réis, e do saldo em documentos de cobrança, que passou por balanço de 30 de junho de 1857 para a conta do anno economico de 1857 a 1858, da responsabilidade do mesmo exactor, na quantia de 54:954\$002 réis. Pelo que, e porque no processo se observaram todas as formalidades legais, julgam o responsável Manoel Joaquim da Silva, como receptor da freguezia de Santa Isabel (3.ª secção do bairro de Alcantara), desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1857, quite com a fazenda publica, salva a responsabilidade do saldo que passou para a conta do anno seguinte.

Tribunal de contas, 28 de fevereiro de 1860.—Sampaio, relator.—Lobo=Paiva Pereira=Correia Caldeira.—Fui presente, Blance.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 6 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio José do Valle, thesoureiro da alfandega de Caminha, nos annos economicos de 1849 a 1853, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no 1.ª secção do tribunal de contas: visto o estado do ajustamento da conta a fl. 1 da responsabilidade de Antonio José do Valle, como thesoureiro da alfandega de Caminha, nos annos economicos de 1849 a 1853; visto o relatório de fl. 162 e documentos que lhe servem de base; mostra-se que o debito e o credito d'este responsável importam n'uma igual quantia de réis 9:135\$851; que no debito se incluem a quantia de 214\$779 réis, que lhe passaram em saldo da responsabilidade anterior; e que no credito se incluem a importancia de 263\$879 réis, saldo que se abona por passar para a responsabilidade do mesmo exactor no anno economico seguinte. Pelo que, e porque no processo se observaram todas as formalidades legais, julgam o responsável Antonio José do Valle, como thesoureiro da alfandega de Caminha, nos annos economicos de 1849 a 1853, quite com a fazenda publica, pela sua responsabilidade como thesoureiro da alfandega de Caminha, nos annos economicos de 1849 a 1853.

Tribunal de contas, 28 de fevereiro de 1860.—Sampaio, relator.—Lobo=Paiva Pereira=Correia Caldeira.—Fui presente, Blance.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 6 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de liquidação da responsabilidade de Francisco Teixeira de Sampaio, e Alexandre Teixeira de Sampaio, como encarregados que foram em Londres, do pagamento dos ordenados do corpo diplomatico e consular portuguez, desde 20 de janeiro de 1831 até 6 de junho de 1832, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no 1.ª secção do tribunal de contas: visto o relatório fl. 1 d'este processo, sobre a liquidação da responsabilidade de Francisco Teixeira de Sampaio, e Alexandre Teixeira de Sampaio, como encarregados que foram em Londres, do pagamento dos ordenados do corpo diplomatico e consular portuguez, quanto ao tempo que decorreu de 20 de janeiro de 1831 até 6 de junho de 1832; vista a conta corrente fl. 3, 4 e 5, extraída dos livros da escripturação competente do extincto erario; vistos os recibos comprovativos constantes do appenso juízo, bem como os documentos e informações que instruem o processo, desde fl. 6 até 59, mostra-se que aos responsáveis se formará debito pela somma de libras 34:238, e 12 soldos, ou 162:850\$187 réis; sendo esta quantia proveniente de varias addições em dinheiro e letras que receberam por ordens do extincto erario, com applicação ao pagamento referido; tendo-lhes sido creditadas libras 33:601 e 12 soldos, ou 159:852\$540 réis, pelos pagamentos que provaram haver effectuado, incluída a somma resultante da diferença entre os preços correntes do cambio, e o regulador de taes pagamentos, conforme o disposto no real aviso de 18 de dezembro de 1823, junto por copia a fl. 57. Mostra-se pela comparação do debito com o credito da conta dos responsáveis, que no dia 6 de junho de 1832 era o alanceo dos mesmos para com a fazenda publica, quanto ao citado periodo da sua gerencia, de libras 637 ou réis 2:997\$647, feita a redução pelo cambio corrente n'aquella data, de 51 dinheiros esterlinos por mil réis. Mostra-se a fl. 21, ter-se realisado a intimação dos responsáveis por meio de editos, para o fim de poderem allegar o que se lhes offerecesse a bem de sua justiça; e visto que o não fizeram dentro do prazo da mesma intimação, julgam a conta de que se trata bem e devidamente liquidada, e os sobreditos Francisco Teixeira de Sampaio, e Alexandre Teixeira de Sampaio, ou seus legítimos representantes, devedores á fazenda publica da mencionada quantia de libras 637, ou réis 2:997\$647, em que os condemnam, por saldo da sobredita conta, com o qual deverão entrar no competente cofre do thesouro.

Tribunal de contas, 6 de março de 1860.—Lobo, relator.—Paiva Pereira=Sampaio.—Fui presente, Simas.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 7 de março de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

CONSELHO ULTRAMARINO

Por espaço de 60 dias, contados da data da publicação do presente annuncio, recebem-se requerimentos na secretaria do conselho ultramarino para o provimento, por meio de concurso, do logar de thesoureiro e verificador da alfandega de Mossamedes, na provincia de Angola, com o ordenado de 400\$000 réis, e a percentagem de 55\$500, afóra os respectivos emolumentos, que são calculados em 50\$000 réis, tudo em moeda provincial.

Os que pertenderem ser providos no dito emprego deverão exhibir certidão de idade, attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, certidão de folha corrida, documentos com que provem as suas habilitações litterarias, e os empregos que tiverem servido, com certidão de corrente dos de responsabilidade fiscal. Todos os citados documentos deverão ser originaes.

A qualificação dos concorrentes só será feita depois que da mencionada provincia se receberem as informações, e mais documentos relativos ao concurso, que para provimento do dito emprego deve ali tambem ter tido logar em conformidade do decreto de 15 de setembro de 1856, publicado no *Diário do Governo* n.º 223, de 20 do mesmo mez.

Secretaria do conselho ultramarino, em 14 de março de 1860.—*João de Robredo*, secretario.

EDITAL

O conselho de saúde publica do reino, considerando a conveniencia de reunir em um só regulamento as medidas quarentenarias em vigor, relativas á cholera morbus, á febre amarella e á peste, tendo attenção aos importantes trabalhos das conferencias internacionais sanitarias, celebradas em Paris em 1851 e 1859; e usando da faculdade que lhe confere o artigo 16.º e 19.º do decreto com força de lei de 3 de janeiro de 1837; faz saber:

Artigo 1.º Nenhum navio, que entrar nos portos do reino, poderá communicar com a terra, sem que primeiro seja escriptosamente visitado pela respectiva estação de saúde.

§ 1.º O capitão ou mestre do navio, em quanto não receber ordem em contrario da respectiva autoridade sanitaria, deverá conservar-se incommunicavel no logar que para isso estiver designado.

§ 2.º Esta disposição não impede a entrada para bordo, debaixo de quarentena, do piloto e dos guardas da alfandega, os quaes ficarão por este motivo sujeitos a todas as medidas sanitarias que forem impostas ao navio.

§ 3.º O piloto, desde a sua entrada no navio, fica considerado como o 1.º guarda de saúde, na conformidade das instrucções de 23 de setembro de 1816, decreto de 23 de agosto de 1839, tit. 4.º art. 3.º, e decreto de 30 de setembro de 1859, art.º 39.º, 42.º, 51.º, 64.º, 65.º, 66.º e 83.º Os aspirantes e guardas da alfandega são considerados guardas de saúde, e por isso sujeitos á repartição de saúde, desde que entrem no navio até que este obtenha livre pratica. (Decreto de 16 de janeiro de 1837, art.º 3.º e 6.º)

§ 4.º Em quanto vigorar a portaria de 5 de outubro de 1857, o piloto e os empregados da alfandega cessam de exercer funções sanitarias, logo que para bordo do navio entrar um guarda privativo de saúde, devendo contudo auxiliar o serviço de saúde, seguindo-lhes for indicado pelo mesmo guarda privativo, em vista das instrucções de 17 de abril de 1858.

Art. 2.º A visita de saúde aos navios será feita

logo que tenham fundeado no logar designado, e o tempo o permita, e tem logar desde o nascer do sol até ao seu ocaso.

§ 1.º Os navios do estado, e os vapores portuguezes ou estrangeiros com facultativo a bordo, subvencionados para serviço regular de transporte de despachos, que entrarem no porto de Lisboa depois do ocaso do sol, serão reconhecidos pelo registo do porto, que exigirá do commandante um certificado do bom estado sanitario de bordo durante toda a viagem, e dos portos da partida e da escala. Este certificado será passado pelo facultativo de bordo, e entregue no dia seguinte na estação de saúde, apenas esta começar o serviço. O certificado deve ser authenticado com a rubrica do commandante. (Portaria de 4 de junho de 1844, e circular n.º 33 de 1858.)

§ 2.º Quando pelo certificado do facultativo do vapor constar alguma novidade a bordo, ou nos portos da partida ou de escala, ou se suscitarem fadiga, o commandante do registo intima o capitão para se conservar incommunicavel até á visita de saúde. (Portaria de 26 de março de 1840, *Diário do Governo* n.º 76.)

Art. 3.º Os navios procedentes de portos declarados limpos, com carta de saúde limpa e regular, sem occorrença suspeita a bordo durante a viagem, e em boas condições hygienicas, são admitidos immediatamente á livre pratica.

§ 1.º Quando são portadores de carta de saúde suja, ou quando tiver occorrido doença ou morte suspeitas, são sujeitos á quarentena de rigor, respectiva á molestia que existiu no porto a que a nota da carta de saúde, ou a que a suspeita se refere. (Art.º 6.º e 7.º d'este edital.)

§ 2.º Se o navio, posto que procedente de porto limpo e portador de carta de saúde limpa e regular e sem caso de molestia ou morte suspeitas durante a viagem, for julgado pela natureza da carga, pelo seu estado de abarrotamento ou de infeção, em condições de insalubridade, que possam comprometter a saúde publica; tal navio poderá ser detido em quarentena de observação, a fim de praticar as necessarias medidas e operações hygienicas, que lhe serão indicadas pela respectiva autoridade sanitaria dentro de 24 horas. Terminadas que sejam estas medidas hygienicas prescriptas, o navio terá logo livre pratica.

Art. 4.º Os navios procedentes de portos declarados suspeitos com carta de saúde limpa e regular, e sem occorrença suspeita a bordo durante a viagem, são sujeitos a uma quarentena de observação de tres dias se os portos da procedencia estiverem declarados suspeitos de cholera morbus, de cinco dias se os ditos portos estiverem de febre amarella; de oito dias se o estiverem de peste.

§ unico. As quarentenas de observação para os navios suspeitos de febre amarella e de peste só podem ter logar nos portos onde haja lazareto. Para os suspeitos de cholera morbus podem fazer-se em qualquer porto, onde a autoridade sanitaria se responsabilizar pelos meios de garantir a incommunicabilidade dos navios impedidos.

Art. 5.º Os navios procedentes de portos declarados suspeitos com carta de saúde limpa e regular, a cujo bordo porém tiver occorrido morte ou molestia suspeitas, são equiparados aos navios procedentes de portos inficionados, e ficam por isso sujeitos ás medidas consignadas nos artigos 6.º e 7.º

Art. 6.º Os navios procedentes de portos declarados inficionados, com carta susceptivel, e sem occorrença suspeita a bordo no porto da partida, nem durante a viagem, são sujeitos a uma quarentena de rigor de cinco dias, se o porto for considerado inficionado de cholera morbus, de oito dias, se o for de febre amarella, de doze dias, se o for de peste.

Art. 7.º Os navios procedentes de portos declarados inficionados, a cujo bordo tiver occorrido molestia ou morte no porto da partida, durante a viagem, ou na quarentena, ficam sujeitos, alem dos dias de quarentena designados no artigo antecedente, a todas as demais medidas sanitarias, que se julgarem indispensaveis para salvaguarda da saúde publica.

Art. 8.º Os navios procedentes de portos declarados inficionados, em lastro, ou com carga não susceptivel, sem occorrença suspeita a bordo, quer no porto da partida, quer durante a viagem, serão sujeitos á quarentena de observação segundo dispõem os artigos 4.º e 20.º

Art. 9.º Os navios, qualquer que seja a sua procedencia, que, por escala ou arribada voluntária ou forçada, chegarem a qualquer porto do reino sem carta de saúde regular, poderão sem difficuldade receber de lazo de quarentena quaesquer refrescos, mantimentos, soccorros, ou objectos de que carecerem.

§ 1.º Se porém pertenderem entrar e communicar com a terra, terão tres dias de quarentena de observação se procederem de porto habitualmente limpo; podendo elevar-se a quarentena a cinco e a oito dias de observação, se procederem de portos onde já tenham grassado a febre amarella e a peste.

§ 2.º Se procederem de portos declarados suspeitos ou inficionados ser-lhes-hão applicadas as medidas quarentenarias respectivas ás procedencias de portos inficionados.

Art. 10.º O porto considerado inficionado não poderá ser declarado limpo sem que tenha decorrido um certo prazo de tempo, contado do dia em que seguindo informação do respectivo consul portuguez houver cessado a molestia que determinou a inficionado do porto.

§ unico. Este prazo é em regra de trinta dias para a peste, de vinte para a febre amarella, e de dez para a cholera morbus.

Art. 11.º Todo o navio, qualquer que seja a sua procedencia, que trouxer ou tiver tido doentes ou mortos a bordo, é sujeito á quarentena que for necessaria para segurança da saúde publica, na conformidade dos regulamentos.

§ unico. Os commandantes de navio não deverão receber a bordo pessoa alguma doente sem certidão de facultativo com designação precisa da molestia, e authenticada pelo consul portuguez, a fim de que por este documento se possa destruir qualquer suspeita.

Art. 12.º O navio, que estiver nas circumstancias referidas no artigo antecedente, poderá todavia ser admittido á livre pratica contanto que proceda de porto declarado limpo, e que o respectivo capitão ou mestre apresente ao guarda-mór ou fiscal de saúde provas indubitaveis, que destruam toda a suspeita sobre a natureza da molestia dos que se acharem doentes, ou da morte dos que tiverem fallecido durante a viagem.

§ unico. No caso de duvida o guarda-mór ou fiscal de saúde preservará ao navio a quarentena de rigor que lhe for applicavel, segundo a natureza da doença a que se referir a suspeita, dando immediatamente parte circumstanciada ao conselho de saúde.

Art. 13.º Se algum navio suspeito arribar por força maior a porto onde não haja lazareto, será posto em completo isolamento, assim como o barco que lhe tiver dado pilotagem, se com elle tiver communicado, e será alem d'isto obrigado a seguir viagem para Lisboa, ou para outro lazareto acedido, logo que o tempo o permita, dando-se-lhe todos os soccorros de que careça, guardando em tudo a mais completa incommunicação.

§ unico. Se o navio arribado ao naufragado estiver em circumstancias de inavaliabilidade abso-

luta, proceder-se-ha na conformidade das instrucções da circular n.º 17 de 4 de setembro de 1848.

Art. 14.º Em todos os casos referidos nos artigos antecedentes poderá ser ampliada e aggravada a quarentena, se as circumstancias do navio e a segurança da saúde publica assim o exigirem.

Art. 15.º Todo o navio é obrigado a apresentar carta de saúde.

§ 1.º Exceptuam-se em tempos normaes de saúde publica os barcos de pesca, de pilotagem, da alfandega, e os navios de cabotagem entre os diferentes portos do continente.

§ 2.º Quando os navios de guerra (se bem que não estejam em geral isentos d'esta obrigação) não tenham podido munir-se de carta de saúde por circumstancias excepcionaes, será esta substituída pela declaração do commandante, relativa ao estado sanitario do porto da partida.

Art. 16.º Cada navio não poderá ter senão uma carta de saúde; e, para ser considerada regular, deverá ser passada, conforme o modelo official, pelo consul portuguez do porto da procedencia, e com os vistos dos consules portuguezes dos portos de sua escala ou arribada.

§ 1.º A carta de saúde assim como os vistos farão menção expressa do estado da saúde publica, não só do porto mas de todo o districto consular; declarando os consules, sempre que o possam saber, o numero aproximado dos casos de cholera morbus, de febre amarella, ou de peste, quando em alguma parte do seu districto consular exista alguma das ditas molestias.

§ 2.º Na falta de consul portuguez poderá a carta de saúde ser passada, e os vistos referendados pelos consules de Hespanha, e, na falta d'estes, por algum das nações que estiverem em relação de amizade e commercio com Portugal.

§ 3.º As cartas que não trouxerem referencia consular não terão credito nem validade alguma.

Art. 17.º A carta de saúde não terá validade, se tiver sido passada mais de quarenta e oito horas antes da partida do navio, salvo se tiver sido depois visada pelo mesmo consul que a referendou, e este declarar que o estado sanitario permanece sem alteração alguma.

§ unico. Nas cartas de saúde ou nos vistos não são admittidas abreviaturas, algarismos, entrelinhas, rasuras, ou cousa que duvida faça.

Art. 18.º A duração da quarentena é geralmente a mesma para o navio, para as pessoas, e para os generos susceptiveis.

Art. 19.º A quarentena ou é de observação, ou de rigor.

Art. 20.º A quarentena de observação não obriga ao desembarque da carga para o lazareto, e conta-se desde que entra para bordo o guarda de saúde, e começam as medidas hygienicas, na conformidade do edital de 2 de abril de 1858, e instrucções correlativas.

§ 1.º Exceptuam-se os casos em que o navio se ache de tal forma abarrotado, ou tão inundado, que não seja possível proceder ás beneficições hygienicas sem descarregar alguma parte da carga para o lazareto, ou para fragatas, na conformidade dos regulamentos.

§ 2.º O guarda de saúde, alem do cumprimento das instrucções de 17 de abril de 1858, que lhe são respectivas, não permitirá que se abram as escotilhas antes da visita de saúde.

§ 3.º Se, porém, o guarda de saúde encontrar as escotilhas abertas, não consentirá que se mecha na carga antes de receber ordem da autoridade sanitaria competente, mas advertirá o capitão para que use de todos os meios possiveis de renovar o ar, sem que se mecha na carga, até á visita de saúde.

Art. 21.º A quarentena de rigor obriga ao desembarque de toda a carga susceptivel, bagagens e espolios para o lazareto, e começa a contar-se para o navio e tripulação desde que este se acha inteiramente descarregado, tanto da carga susceptivel como da insusceptivel, e principiam as medidas de purificação e desinfecção especiaes, na conformidade das instrucções de 7 de abril de 1858; e para a carga susceptivel desde que no lazareto é submettida ás beneficições ordenadas no capitulo 6.º do regulamento de 16 de novembro de 1854.

§ unico. Entende-se por carga susceptivel aquella que se compõe de alguns dos generos designados na tabella publicada no edital de 9 de setembro de 1853.

Art. 22.º Concluída a quarentena, o guarda-mór de saúde verificará pessoalmente se as beneficições se praticaram satisfactoriamente, e no caso contrario, poderá, sob sua responsabilidade, prolongar a quarentena, pelos dias que julgar necessários para que as beneficições se completem de modo que a saúde publica seja garantida, dando parte motivada ao conselho de saúde. (Edital de 2 de abril de 1858.)

Art. 23.º As fazendas ou quaesquer outros objectos, depois de beneficiados no lazareto, não poderão ser ali conservados mais de tres dias; se findo este prazo o dono os não tiver mandado transportar para a alfandega, serão, por ordem d'esta, removidos para os seus armazens, sendo indemnizada pelo dono da despesa havida com a remoção dos generos, sem o que não poderão obter despacho. (Portaria do ministerio da fazenda de 16 de janeiro de 1860.)

Art. 24.º Os passageiros dos navios sujeitos a quarentena poderão passa-la a bordo dos mesmos navios que os transportaram, ou no lazareto. As pessoas da tripulação poderão, obtida a necessaria licença do capitão ou mestre do navio, fazer a sua quarentena no lazareto.

§ 1.º Exceptuam-se os doentes, quer sejam passageiros, quer da tripulação, os quaes passarão para o lazareto concluída que seja a visita de saúde.

§ 2.º Aos passageiros que preferirem fazer a quarentena a bordo dos navios impedidos, ser-lhes-ha esta contada desde o ultimo dia da descarga do navio que os transportou.

§ 3.º Aos passageiros que optarem pelo lazareto ser-lhes-ha contada a quarentena desde o dia em que ali entrarem.

Art. 25.º Os dias de quarentena são contados de vinte e quatro horas completas cada um.

Art. 26.º Se durante a quarentena se manifestar a bordo do navio algum caso de peste, de febre amarella, ou de cholera morbus, a quarentena recomençará para o navio (artigos 7.º e 12.º), mas não para as pessoas que tiverem passado para o lazareto, salvo se alguma d'ellas for atacada de alguma das ditas molestias.

Art. 27.º É permitida a correspondencia por escripto, por intermedio da estação de saúde nos termos do regulamento de 22 de abril de 1817, a todas as pessoas em quarentena, ou seja no lazareto, ou a bordo dos navios.

Art. 28.º É tambem permitida ás pessoas em quarentena no lazareto, ou a bordo dos navios, receber de terra, nos termos do citado regulamento, mantimentos, moveis, ou quaesquer effectos e soccorros de que precisarem.

Art. 29.º As bagagens devem acompanhar as pessoas, que passarem para o lazareto.

§ unico. Entende-se por bagagem de pessoa, para os effectos sanitarios, unicamente as roupas de uso, inclusive a cama: tudo o mais será considerado, e tratado como carga do navio.

Art. 30.º As bagagens e os espolios dos quarentenários, fallecidos no lazareto, terão a beneficição e destino designados no edital de 16 de julho de 1853. (*Diário do Governo* n.º 167.)

Art. 31.º Os espolios que vierem a bordo dos navios procedentes do Brazil, ainda que de porto considerado limpo, não entrarão nas alfandegas sem que previamente sejam abertos e beneficiados no lazareto, nos portos onde o houver, e em logar apropriado e escolhido pela autoridade sanitaria naquelles onde o não houver.

Art. 32.º A verificação do estado sanitario dos feridos, ou enfermos, que tiverem soffrido desastre, ou adoecido durante a viagem, e se acharem a bordo de navios de procedencia limpa que entrarem no porto de Lisboa; e bem assim o reconhecimento ou diagnostico do ferimento ou molestia, que soffrerem, quando esta for de natureza desconhecida ou duvidosa; será feito pelo guarda-mór de saúde na occasião da visita da entrada, e se necessario for dentro do navio.

§ 1.º A mesma obrigação incumbem ao substituto ordinario, ou extraordinario, do guarda-mór, quando fizerem as suas vezes.

§ 2.º No caso de verificação que o padecimento dos enfermos do navio exige quarentena, o guarda-mór, depois de impor ao navio a que lhe couber, irá passar a sua no lazareto, podendo, quando preferir, passa-la a bordo do mesmo navio impedido, encarregando-se ali, ou no lazareto, do tratamento clinico dos enfermos do navio, se n'isto convier com o respectivo capitão, ou mestre.

§ 3.º Durante a quarentena do guarda-mór, fará as suas vezes na estação de saúde o seu substituto, que será para isso avisado pelo interprete escripto, logo depois da visita que tiver determinado a quarentena do guarda-mór. (Portaria de 22 de março de 1856.)

Art. 33.º Os funcionarios publicos que forem em serviço á falla dos navios em quarentena, ou ao lazareto, deverão primeiro apresentar-se ao guarda-mór de saúde de Belem, ou ao inspector do lazareto, ou a quem suas vezes fizer, para declarar os motivos que ali os conduziram.

§ 1.º Esta disposição é applicavel aos empregados das alfandegas, que tiverem indagações a fazer a bordo dos navios, ou no lazareto.

§ 2.º No caso que estes funcionarios ou empregados tenham tido communicação immediata com pessoas ou cousas em quarentena, serão elles mesmos submettidos ás medidas quarentenarias prescriptas nos regulamentos geraes.

Art. 34.º As pessoas, que quizerem fallar aos quarentenários, deverão pedir licença ao guarda-mór de saúde, se os quarentenários estiverem a bordo, ou ao inspector do lazareto se os quarentenários tiverem passado para aquelle estabelecimento.

As licenças serão nominadas, e na estação de saúde, assim como no lazareto, se fará uma inscripção de todas as pessoas visitantes, ou que por qualquer motivo foram autorisadas a ir ao quadro das quarentenas ou ao lazareto.

Art. 35.º Alem da peste, da febre amarella, e da cholera morbus, outras molestias importaveis ou transmissiveis, como o typho, bexigas, etc., poderão occorrer medidas quarentenarias para os navios a cujo bordo se desenvolverem, sem que com tudo estas medidas prejudiquem os portos da procedencia, escala ou arribada dos ditos navios.

Art. 36.º O navio que não quizer sujeitar-se á quarentena e demais actos de fiscalização sanitaria, prescriptos pelos regulamentos em vigor, pôde sair do porto debaixo de quarentena, o outro tanto podem fazer os passageiros no mesmo navio que os tiver transportado ou em qualquer outro que para este effecto fretarem, ou que for saindo, e os queira recolher.

tição publica, estabelecimento ou corporação, que pretender comprar um ou mais bilhetes da loteria, deverá no dia em que este plano for publicado no *Diário de Lisboa*, e nos dois seguintes, solicitar em qualquer das administrações de bairro desta cidade senhas para o numero de bilhetes que desejar, e sómente as pessoas munidas com as referidas senhas serão admitidas na casa da venda dos bilhetes no dia e ás horas acima designadas, conforme for declarado nas respectivas senhas. Aquellas que não comparecerem no dia designado na respectiva senha, e dentro da hora marcada, perderão o direito aos bilhetes, conforme o determinado no artigo 5.º do decreto de 30 de dezembro de 1858.

A extracção terá lugar no dia 30 do dito mez de março de 1860, sendo precedida, na forma do esboço, da entrada das esferas nas rodas, que se fará em acto publico naquelle mesmo dia ás 9 horas da manhã. Finda a extracção se fará em acto successivo, e tambem em publico, a conferencia dos numeros extrahidos, e dos respectivos premios.

Para a extracção da loteria entrarão em uma das rodas todas as esferas que representam os numeros, e na outra sómente as que designam os premios, com exclusão das esferas brancas; sendo os premios minimos indicados com a letra M— nas esferas que houverem de os representar, a fim de poder servir a mesma collecção em todas as loterias.

Em virtude das disposições da portaria de 18 de abril de 1836, prescreverão a favor dos expostos d'esta corte os premios da presente loteria, que não forem exigidos no prazo de 5 annos, contados do dia em que findar a extracção.

SETIMA DIVISÃO MILITAR

Sua ex.ª o tenente general barão da Mesquita, commandante d'esta divisão, em consequencia das ordens recebidas pelo ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 23 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça n'este quartel general o fornecimento de rações de pão para a tropa estacionada no districto da referida divisão, e as forragens para os cavallos dos regimentos de cavallaria desde o 1.º de abril até 30 de junho do presente anno, observando-se as disposições do artigo 44.º do regulamento de 18 de setembro de 1844, portaria de 25 de maio do anno proximo passado, publicada no *Diário do Governo* de 27 do mesmo, n.º 123, e as clausulas e declarações consignadas no contrato do fornecimento actualmente em vigor.

Sua ex.ª o tenente general barão da Mesquita, commandante d'esta divisão militar, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda convidar todas as pessoas que pretenderem arrematar o fornecimento de rações de verde no presente anno, para os cavallos dos corpos de cavallaria, existentes na mesma divisão, a comparecerem na secretaria d'este quartel general no dia 24 do corrente, pelas dez horas da manhã, e apresentarem por essa occasião as suas propostas, para serem em licitação; na intelligencia de que os arrematantes ficam obrigados a todas as condições estabelecidas a este respeito no regulamento para a

organisação da fazenda militar, de 18 de setembro de 1844, e a principialem o fornecimento tanto para os potros, como para os cavallos vellos, nos dias que lhes forem designados pelos respectivos conselhos administrativos.

Quartel general em Estremoz, 9 de março de 1860.—*Conde do Bonfim, José*, chefe do estado maior da 7.ª divisão militar.

REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Previnem-se os srs. officiaes em commissão n'esta capital, que no dia 17 do corrente mez se paga na commissão dos fundos da dita repartição, á Estrela, as importancias de azeite e lenha fornecidas aos hospitales militares em novembro e dezembro do anno ultimo.

Em 14 de março de 1860.—O cirurgião em chefe do exercito, *Francisco de Assumpção*.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admittidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pertencentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessários.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.—*Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos*, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 21 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho contratar em hasta publica o fornecimento de pão e bolacha necessários, pelo tempo que se convencionar, para consumo da armada.

O conselho de administração de marinha ha de proceder em praça publica, na sala das sessões, nos dias abaixo mencionados, á compra dos seguintes objectos:

No dia 23 do corrente, pelas onze horas da manhã:

786m,76 de panno azul ferrete ordinario para fardamentos.

316m,2 de panno de lã branco para vivos dos mesmos.

44m,2 de panno encarnado para golas.

297m,16 de panno de mescla para calças.

690m,2 de panno de mescla para capotes.

340m de serafina azul ferrete para forros dos mesmos.

74m,8 de orleães branca para forros de casacos.

600 mantas.

No dia 24, pelo meio dia:

400 pares de botes de diferentes tamanhos.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 14 de março de 1860.—*Antonio Joaquim de Castro Gonçalves*, secretario.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE ESTREMOZ

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Estremoz, no mez de fevereiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL	CARTAS	JORNAL	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE ESTREMOZ						
De posta interna.....	—	—	—	—	—	—
De reino e ilhas.....	1.934	1.211	97	3	912	9
De Hespanha.....	—	—	71	2	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	6	4	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	1	—	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	8	20	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	—	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAISES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	1.795	28	51	17	745	5
Para Hespanha.....	—	—	—	—	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	2	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	—	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	3	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	8.734	1.239	234	46	1.657	14
No mez de fevereiro de 1860 o movimento da correspondencia foi	4.114	963	216	34	1.740	16

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Estremoz, e as que de diversas terras vierem a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Estremoz, em 6 de março de 1860.—O administrador, *João Antonio Léo de Faria*.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 15 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHELOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 62 srs. deputados. O sr. Presidente.—declara aberta a sessão. Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. visconde de Pindella, de que o sr. Antonio Carvalho não comparece á sessão de hoje por incommodo de saude.—*Interrada*.

2.º Do sr. Frederico de Mello, de que o sr. Araújo Mascarenhas por incommodo de saude não pôde comparecer á sessão de hoje.—*Interrada*.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Castro Ferrer, participando que hontem falleceu seu irmão, Adriano Mauricio Guilherme Ferrer, ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha, e que se ha de sepultar hoje ás quatro horas da tarde no cemiterio do Alto de S. João; e não podendo mandar convite especial a cada um dos srs. deputados, pede ao sr. presidente a bondade de os convidar a honrarem este acto.—*Interrada*.

2.º Da presidencia do conselho de ministros, participando que em consequencia da grave doença em que se acha o ministro dos negocios da marinha, Adriano Mauricio Guilherme Ferrer, houve por bem Sua Magestade, por decreto de 12 do corrente, encarregar interinamente da mesma pasta ao ministro do reino Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.—*Interrada*.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro se peça ao governo, que pelo ministerio da marinha e ultramar, remetta a esta camara, para serem devolvidos, depois de satisfeito o fim para que se pedem, os balancetes de receita e despeza dos diferentes cofres da provincia de Cabo Verde, desde abril de 1858 em diante, que existi-

rem no ministerio da marinha e ultramar. Sala das sessões da camara dos srs. deputados, em 14 de março de 1860.—O deputado por Cabo Verde, *Antonio Maria Barreiros Arbores*.

2.º Requeiro se peça ao governo, pelo ministerio da marinha e ultramar, remetta a esta camara uma synopse de toda a correspondencia, não confidencial, expedida do ministerio da marinha e ultramar para o governo geral da provincia de Cabo Verde, e para a junta de fazenda da mesma provincia, desde o 1.º de janeiro de 1858 até á data em que for satisfeito este requerimento; bem como da correspondencia recebida d'aquellas repartições desde abril de 1858 em diante. Sala das sessões da camara dos srs. deputados, em 14 de março de 1860.—O deputado por Cabo Verde, *Antonio Maria Barreiros Arbores*.

O sr. Presidente.—a camara acaba de ouvir ler o officio do sr. Castro Ferrer, relativamente ao triste acontecimento que acaba de ter lugar, e todos nós deploramos. Crê que será muito proprio dos sentimentos da camara fazer lançar na acta, que ouviu com profunda magoa a noticia d'este desgraçado acontecimento (*apoiados*). Crê que tem sido estylo d'esta casa, quando ha um acontecimento triste, principalmente acompanhado da circumstancia desgraçada e lamentavel de ser em presença da camara, nomear-se uma deputação para em nome d'ella ir honrar o prestito fúnebre com a sua presença, e é por isso que tem feito uma relação de sete membros para ir assistir a este acto, alem da mesa, e alem dos srs. deputados que quizerem honrar este acto (*apoiados*).

A deputação será composta dos srs. Antonio José d'Ávila, Rebello Cabral, Moraes Carvalho, Palmeirim, Afonso Botelho, Braamcamp e Philippe Folque.

O sr. Azevedo Pinto.—manda para mesa um requerimento.

O sr. Presidente.—dá para ordem do dia d'amanhã a continuação do que vinha para hontem, e convidando os srs. deputados a irem trabalhar em commissões, levanta a sessão.—*Era pouco mais de 1 hora*.

RECTIFICAÇÃO

No extracto do discurso do sr. Correia Caldeira, publicado no *Diário de Lisboa* de hontem, onde a pag. 263, col. 3.ª, lin. 143 e 144, se lê=eo os fereis concelhos de Penella, Arcos, etc.=leia-se=as fereis povoações do extincto concelho de Penella, e dos concelhos dos Arcos=etc.

Projecto de lei apresentado pelos srs. deputados José Maria Rojão, e D. José Manuel de Menezes d'Alarcão, extinguindo as congruas parochias.

SENHORES.—Não ha sociedade bem constituída sem uma religião dominante, muito embora se totem outras que o não sejam. Com a do Crucificado dilataram os nossos maiores os seus dominios tanto na Europa, como, e principalmente nas outras tres partes do mundo, então conhecido. E com effeito, ninguém até hoje contestou que a religião deixasse de ser o mais forte motor de todas as acções humanas, e de todas as virtudes, que são nada menos do que o habito de conformarmos as nossas acções com a lei.

A religião alcança aonde não chega a legislação positiva, e por isso um publicista do seculo que corre, com justificada razão lhe chama «supplemento da legislação civil».

A carta constitucional no art. 6.º declarou como religião dominante do estado a mesma catholica apostolica romana, que vimos de vos referir; e sendo certo, que para prevalecer são precisos ministros, e d'elles, ou a favor d'elles que vou fallar á camara.

Um dos discipulos do Crucificado, que escreveu o primeiro evangelho, referindo-se aos precitos de seu divino Mestre, com quanto aconselhe no cap. 10, versos 8 e 9, a abnegação das cousas mundanas, todavia no final do verso 10 pronuncia a recompensa condigna para os que trabalharem na vinha do Senhor.

Seria fastidioso entreter a vossa attenção com a historia das oblatas, e da origem dos dizimos, com que ao principio se sustentaram os ministros da religião; mas não assim fazer-vos sentir a incertesa, contradição, vexames e conflictos, que se deram, e continuam a dar, depois da extinção dos referidos dizimos; não porque elles não fossem um feudo de que a liberdade da terra se ressentia muito, mas porque se não tem attenção ao supprimento de sua falta.

Fallo das congruas parochias. Faltando os dizimos tem-se ensaiado diversos systemas de occorrer á decente sustentação dos parochos, mas porque todos elles não são conformes, porque se não davam a respeito de todas as freguezias as mesmas circumstancias, nenhum tem sido proficuo e sufficiente, e por isso nunca se pôde applicar ás freguezias rurais o mesmo que se manda cumprir nas urbanas, e vice versa, sendo as congruas n'estas parochias por derramas, ou contribuições directas aos parochianos, e n'aquellas pelos bollos ou oblatas da antiga disciplina, o que tem causado grandes inconvenientes.

Não é menos para notar a desigualdade que se dá no pagamento das offortas, ou benesses do pé de altar. Por quanto n'uma freguezia da mesma provincia e bispado se costumam pagar por um baptizado, casamento, ou enterro, uma quantia tres ou quatro vezes inferior á que n'outra parochia, logo annexa, se exige.

De tudo isto tem resultado incalculaveis prejuizos, tanto para a disciplina da igreja, como para o bem estar dos povos, que continuamente estão levantando conflictos com os respectivos parochos, e estes com os seus parochianos para lhe pagarem tudo, ou parte do que lhes é arbitrado para a sua decente sustentação, vendo-se muitos dos parochos obrigados, para não serem victimas, a abandonarem suas parochias, e os que não chegam a este extremo, a deixarem de receber metade, ou pouco menos, da dotação de suas congruas.

Considerando finalmente que os parochos são verdadeiros empregados do governo, que os apresenta em seus benefices, e que como taes tem penas comminadas no respectivo codigo, ás faltas, ommissões, ou commições, que commetterem ou deixarem de praticar.

Por todas estas razões, e por tudo o mais que a illustração da camara ha-de supprir, tenho a honra de propor o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º As congruas parochias, e benesses de pé d'altar, ficam extinctos em todo o reino, desde o 1.º de julho de 1860 em diante.

Art. 2.º Os parochos, como empregados do estado, receberão pelo thesouro, assim e do mesmo modo que os demais servidores da nação, o importe de suas congruas, contanto que não excedam, nas freguezias mais populosas, a 600\$000 réis, e nas de menor, a trescentos mil réis.

§ unico. Os coadjutores e os thesoureiros (vulgo sacristães) das parochias, quando absolutamente necessários, aos quaes tambem se paga derrama, ou bollo, receberão pelo serviço que são obrigados a prestar n'ellas, os primeiros metade, e os segundos a quarta parte do que for consignado aos respectivos parochos.

Art. 3.º Os administradores dos concelhos com os delegados, ou sub-delegados dos procuradores regios, escriptes de fazenda, e respectivos parochos constituirão as commissões para os arbitramentos das congruas parochias, que uma vez designadas no orçamento geral do estado, para continuarem a ser pagas independentemente de novo arbitramento, salvo a eventualidade de supprimento de parochia, ou augmento ou diminuição attendiveis de freguezias.

Art. 4.º As sommas precisas para o pagamento das congruas entrarão no computo da repartição da decima predial pelos districtos do reino.

Art. 5.º Ficam excluidos do alcance d'este projecto, até á reforma geral, todas as freguezias, cujos parochos e respectivos thesoureiros são sustentados pelos rendimentos dos bens proprios das suas freguezias, como paços, ou outras propriedades rusticas ou urbanas, senhorios directos ou uteis, censos ou mutuos.

Art. 6.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

José Maria Rojão.

D. José Manuel de Menezes d'Alarcão.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra—Na sessão celebrada a 12 do corrente pela junta geral d'este districto, entre outros, foram approvados por unanimidade os seguintes pareceres:

«Approvando a proposta do procurador pela Figueira, para que a junta geral tribute um voto do mais profundo agradecimento a Sua Magestade El-Rei pela attenção que os seus governos sempre hão prestado ás importantes obras da barra da Figueira, e um voto de agradecimento ao benemerito engenheiro director das obras da barra.

«Approvando a proposta do procurador pela Figueira, para que se consulte o governo de Sua Magestade acerca da necessidade urgentissima de proceder á sementeira de penico no littoral dos concelhos da Figueira, Cantanhede e Mira, que for pertencente ao estado.

«Approvando as propostas de varios procuradores para a creação de cadeiras de ensino primario do sexo masculino e feminino, e o provimento das cadeiras de latim de Monte-mór e Figueira, e para que o da d'esta villa fosse com a condição do ensino da lingua franceza.

«Approvando a proposta do procurador por Goes e Pampilhosa, para que se consulte o governo de Sua Magestade acerca de prover de prompto a que

os terrenos montanhosos nas margens dos rios d'esto districto se não descalvem arrojando areias para o leito dos rios, pelos meios que a sciencia indicar.

«Approvando a proposta dos procuradores por Goes, Oliveira do Hospital e Coimbra, para que se consulte o governo de Sua Magestade sobre a necessidade de se dar principio aos trabalhos de um ramal de estrada desde o porto da Raiva até entroncar com a estrada de Coimbra a Celorico, e fazer uma ponte no sitio da Raiva.

«Approvando a proposta pelo procurador por Oliveira do Hospital, para que se consulte o governo de Sua Magestade, acerca da necessidade de mandar concluir a ponte de Penalva de Alva.

«Approvando a proposta do procurador por Goes, para que se consulte o governo acerca da necessidade de mandar por homens technicos fazer os estudos precisos sobre as localidades do alto districto, para que possa adoptar-se o systema conveniente de irrigação, principalmente nas proximidades do rio Ceira, e tomar providencias legislativas, para se promover a arborisação dos terrenos sobranceiros aos rios.»

Porto—O *Commercio do Porto* publica a seguinte noticia estatistica do numero medio de operarios empregados por dia nas obras do edificio da nova alfandega, no mez de janeiro ultimo, o qual foi de 313 proximoamente; a saber:

Empregados.....	13,07
Operarios a jornal.....	164,77
Ditos de empreitada.....	121,65 299,49
Transportes a jornal.....	4,17
Ditos de empreitada.....	8,96 13,13
Total proximoamente....	313

No mez de fevereiro proximo findo o numero medio de operarios empregados diariamente nas mesmas obras, foi de 517 proximoamente; a saber:

Empregados.....	13,85
Operarios a jornal.....	203,95
Ditos de empreitada.....	284,43 502,23
Transportes a jornal.....	2,58
Ditos de empreitada.....	11,90 14,48
Total proximoamente....	517

—O numero de carros, diz ainda o mesmo jornal, que durante o mez de fevereiro proximo findo, entraram as barreiras da cidade e n'ellas transitaram com diferentes generos, foi de 11.035.

O numero de carros, que durante o mesmo mez carregaram estrumes dentro da cidade, e foram para fora de barreiras, foi de 2.653.

—Na Cantareira, na Foz, conforme dizem as folhas portuenses, ia fazer-se um pequeno caminho de ferro para conduzir os materiais necessários para as obras que ali se vão emprender, a fim de completar o paredão que deve dar melhor direcção ás aguas da barra.

Celorico de Basto—A camara municipal d'este concelho acompanha o movimento civilizador, que já temos mencionado, e em que outras vereações se têm lançado. Segundo uma correspondencia dirigida ao *Nacional*, a camara resolveu dar o maior impulso aos caminhos vicinaes, tendo já começado os primeiros trabalhos para a construcção de uma estrada regular, que entroncando com a de Lixa ou de Amarante vae communicar este concelho comoda e facilmente com a cidade do Porto.

Lagos—O *Futuro* de hontem, referindo-se a uma participação telegraphica, diz que o paquete a vapor da companhia Anglo-Luso-Brazileira que regressava do Sal, achando-se a 30 milhas ao N. do cabo de S. Vicente, arribára a esta villa, onde ancorára ás dez horas da manhã de hontem, 13.

O vapor conduzia a seu bordo oitenta passageiros, e ia partir para Cadiz a fim de tomar carvão de que tinha falta.

ILHAS

Angra do Heroismo.—N'uma correspondencia dirigida d'esta cidade ao *Pagayense* encontram-se as seguintes noticias, acerca do estado dos theatros nas tres capitais do archipelago açoriano:

«Vamos finalmente ter em Angra um theatro regular, e com a capacidade necessaria para offerecer a todas as familias d'esta cidade um proficuo entretenimento. É pelo risco do Gymnasio, e do mesmo tamanho. A companhia encarregada da sua construcção tem sido solícita e incansavel em promover os meios de realizar esta empreza, e as obras progredem com actividade. Calcula-se que para maio ou junho deverá ficar prompto a trabalhar.

«Consta-me que ha já um capital de perto de 9:000\$000 réis em acções emitidas do valor de 12\$000 réis cada uma, para esta obra.

«Em Ponta Delgada vão tambem construir um theatro; e havendo assim nas tres capitais dos districtos dos Açores bons theatros, é de esperar que venham do reino algumas companhias dramaticas visitar as ilhas, e estou certo que não hão de perder o tempo.»

Funchal.—O *Funchalense* de 26 de janeiro noticia que o sr. barão da Conceição offertará á cidade do Funchal um excellente barco *salva vidas* ou *navilio*, obra prima dos estaleiros de Kingstown. Tem este barco 21 pés de comprimento, 6 de largo e 29 pollegadas de fundo; é tão leve, que quatro homens o podem levar ás costas para onde quizerem; é insubmergivel, não carece deapparehos para ser deitado ao mar, e mantem-se invariavelmente em pé, quaesquer que sejam as vagas que o agitem.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 12 do corrente, e de Paris até 9.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra os seguintes despachos telegraphicos: *Algeciras, 12 de março*—O commandante em chefe do exercito de Africa ao ministro da guerra.—Acampamento de Tetuão, 11 de março, ás onze horas da manhã.—Em consequencia de continuar a soprar o vento sul não poderam ainda voltar os navios. Este temporal não tem permitido fazer o desembarque dos cavallos, camellos, nem mesmo de viveres, obrigando-nos a gastar as nossas provisões, e a trazer por conseguinte o andamento das operações, para o que tambem tem contribuido o tempo chuvoso que temos tido, e que só agora parece querer cessar.

Chamei o general Bustillos e a esquadra a fim de accumular mais meios de desembarque, e poder mais facilmente realizar esta operação. Hontem houve um pequeno tiroeio com as tropas do general Echague, que foram proteger os habitantes de uma povoação que não pediu auxilio. Tivemos alguns feridos.

Algeciras, 12—O commandante das forças navas, ao ministro da marinha.—Porto de Tetuão, 11 de março, ás quatro horas da tarde.—Cheguei ás onze horas da manhã, e ao mesmo tempo chegaram alguns outros navios, entrando n'este numero o *Borja*, a bordo do qual se acha o 6.º batalhão de marinha. Proceedi desde logo ao desembarque dos objectos que estavam a bordo, e que eram indispensaveis no acampamento.

Alem d'estes despachos, a *Correspondencia de Espana* publica o seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Paris, 12 de março—O *Siclé* recebeu uma ad-

vertencia em consequencia de um artigo que publicou, com a assignatura de mr. Jourdan.

Florença, 11—As eleições estão-se verificando na melhor ordem possivel. Em toda a parte ha grande affluencia de eleitores. As populações, com o eleto na sua frente, concorrem a votar a annexação. Nas provincias de Emilia acontece o mesmo que em Florença.

Marselha, 10—Foi approvada a fusão das duas sociedades de caminhos de ferro em Roma. Vae ser publicado o decreto relativo a este assumpto.

O general Gouyon, segundo consta das ultimas noticias de Roma, enviou uma deputação aos estudantes, exhortando-os á ordem, excitando-os a que continuem os seus estudos, e advertindo-os de que está resolvido a prestar auxilio ás auctoridades.

Dizem as correspondencias de Bolonha que a agitação é grande, que os sacerdotes estão ameaçados, e que se activam as fortificações.

Nota-se igual agitação e manifestação em Ancona e Fesci: nega-se o pagamento das contribuições.

Em Ancona, reuniu-se a commissão militar, e decidiu que

de opinião que nos convinha, a nós cidadãos livres e francos, que se fizesse uma experiência que consolidasse ainda com maior energia o direito dos povos e da nação.

«Posso afirmar que qualquer que seja o resultado da vossa votação, o rei e o seu governo estão resolvidos a respeitá-la e a a fazer a respeito.»

«Portanto, em virtude dos plenos poderes que me foram legalmente conferidos, publico um decreto pelo qual submetto ao sufrágio universal, directo e secreto, as duas seguintes propostas:

«Annexação à monarchia constitucional do rei Victor Manuel; ou reino separado.»

«Habitantes da Emilia! Tendes plena e completa liberdade de voto! Cumpre que todos os cidadãos pensem maduramente, e que, em nome do Deus soberano, senhor dos reis e dos povos, em pleno direito de liberdade e consciencia, escolham aquelle dos dois partidos que mais util podesse ser a patria.

«Quando se achar formulado o vosso voto, o meu mandato achar-se-ha cumprido, e com alegria me retirarei do poder que me foi confiado por vós. Desiste-me um mandato bem claro: aceitei-o com fé na justiça de Deus, no nosso direito, na vossa virtude; realicei-o com firmeza; governei com a opinião publica e não com os partidos. Governei, tendo exclusivamente em vista realisar o fim a que os vossos votos se propõem: a honra e a franqueza foram os unicos guias da minha politica. — *Forini.*»

AUSTRIA

No *Journal des Debats* lê-se o seguinte:

«Os jornais austriacos mettem a bulha os jornais e o parlamento inglez pela sua solicitude tão repentina pelos tratados de 1815; elles lhe perguntam se a annexação, tão desejada na Inglaterra, da Italia central ao Piemonte é mais conforme do que a annexação da Saboya aos tratados de 1815, se o ataque que soffreram esses tratados, na primeira occasião não é tão forte como aquelle de que são ameaçados na segunda; elles instam ironicamente com a Inglaterra para que empregue, em relação à Saboya aquella mesma paciencia e intelligencia da necessidade que todos tão caridosamente recomendaram à Austria, relativamente à Italia; elles tranquillizam os seus leitores quanto à bulha que fazem os inglezes, e acrescentam com uma sinceridade pouco lisonjeira para estes ultimos: «Deve permittir-se que elles falem, já que nunca passam a vias de facto.» Finalmente é facil de ver pela linguagem da imprensa austriaca que a Austria, tão maltratada pelos inglezes durante a ultima guerra, verá o desprazer da Inglaterra, na parte relativa à questão da Saboya, com o mesmo prazer que a Russia sentiu ao presenciar no anno findo os soffrimentos da Austria.

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millímetros	Grãos C.	Por 100	Remos
9 m. 762,29	11,2	61,2	N.
3 t. 762,34	12,9	52,2	N.

DIA 14.

Maxima — temperatura	14,6 C.
Minima — temperatura	9,5 "
Ozone — de noite	8,5 "
Chuva (ulometro)	0,1 Mil.
Evaporação (vaporimetro)	6,0 "
Altura barométrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura à sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 15 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Expetance, escuna norueguesa, capitão H. Holm, de New Castle em 15 dias, com carvão 4 companhia do gaz; 8 passageiros de tripulação.

Agir, brigue dinamarquez, capitão F. Fredbrigg, de New Castle em 15 dias, com carvão 4 companhia de fiação e tecidos lisboenses; 11 pessoas de tripulação.

George William, barca russiana, capitão N. Rose, de Cardiff em 8 dias, com carvão 4 companhia nacional dos caminhos de ferro do sul; 12 pessoas de tripulação.

Ulrica, brigue sueco, capitão H. Thompson, de Swansea em 7 dias, com carvão a P. Olive & C.; 9 pessoas de tripulação.

Euxine, paquete inglez a vapor, capitão G. Babot, de Southampton em 4 dias e 19 horas, e de Vigo em 22 horas, com varias fazendas a A. Vanzeller; 72 pessoas de tripulação e 14 passageiros.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

S. Jayme, patacho hespanhol, capitão I. Iloret, para Malaga, com ferro, manteiga e mais generos; 8 pessoas de tripulação. Foi registado em 12 do corrente e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

John Parkinson, escuna ingleza, capitão W. Wardell, para Hull, com fructa e mais generos; 6 pessoas de tripulação. Foi registada em 13 do corrente e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

S. João Evangelista, hiate portuguez, mestre F. J. Collares, para Faro e Olhão, com palha, centeio e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 9 passageiros, que são: Manuel Maximiano, João Estrella, João Alves Gago, José dos Santos, José dos Santos Segundo, Theodoro da Cruz, Leonardo José, Antonio da Costa, maritimos; José Francisco de Brito, serrador; portuguezes.

Amor, patacho dinamarquez, capitão C. Warel, para Setubal, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Eleonore, brigue prussiano, capitão W. R. Kleink, para Setubal, com sal; 11 pessoas de tripulação.

Flora, brigue prussiano, capitão J. Wilson, para Setubal e Memel, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Aurora, hiate portuguez, mestre M. A. Lebre, para Aveiro, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Estes navios foram registados hontem e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Visconde de Athguia, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, para Lagos, com carvão; 25 pessoas de tripulação. Saiu hontem ás 7 1/4 horas da noite.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. Marques, para Setubal, com salla, encomendas e vasilhame; 6 pessoas de tripulação.

Elizabeth Jane, brigue inglez, capitão J. Dunbar, para Cardiff, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Vereenigug, galcota hollandesa, capitão M. van Noord, para Vlaardingen com sal e fructa; 7 pessoas de tripulação.

Maria Helena, brigue portuguez, capitão F. R.

Setubal, para as ilhas de Cabo Verde, com pedra e encomendas; 15 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Luiz Gomes Barbosa, capitão de navios, portuguez; R. Benatar, negociante, hebreu.

Confiança, brigue portuguez, capitão M. J. da Silva, para Pernambuco, com vinho, azeite e mais generos; 11 pessoas de tripulação.

Seixas 1.º, brigue portuguez, M. J. Gonçalves, para Malaga, com madeira; 10 pessoas de tripulação.

Arabe, patacho portuguez, capitão A. dos Santos Junior, para o Rio de Janeiro, com sal e encomendas; 11 pessoas de tripulação.

Joven Carlota, galera portuguez, capitão B. B. Pamplona, para o Rio de Janeiro, com vinho, sal, azeite e mais generos; 19 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: Joaquim Rodrigues Leitão, Francisco Bernardes, Antonio Fernandes Paixão, caixeiros, portuguezes.

Harmonia, barca brasileira, capitão L. P. C. Cordeiro, para a ilha do Fayal, em lastro; 19 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 15 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICIA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 15 DE MARÇO DE 1860

Serviço das linhas

Da foz do Douro, do dia 14

Entradas—Portuguezes, patacho Iberia, de Havre de Grace; escuna Deolinda, de Londres; ambos em 8 dias.—Inglezes, brigue, Molina, da Terra Nova em 16 dias; Superle, de Pool em 8 dias; escunas, Hope, da Terra Nova em 23 dias; e Laurel, de Glasgow em 7.

Saídas—barca portuguez Tamega, para o Rio de Janeiro.—Inglezes, patacho Richard, para Hamburgo; escuna Eliza, para Dublin.

Fôra da barra ficam os briguez inglezes Hamie, Laurie, Runyind.

O mar está muito agitado.—O vento esteve O. e NO. regulares, agora N. forte.

De Vianna do Castello, do dia 14

Hontem e hoje não entrou nem saiu embarcação alguma.

A barra boa.—Vento N. fresco.

De Caminha, do dia 14

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento NNO.

Da Figueira, do dia 14

Não entrou nem saiu, nem fôra da barra se avista embarcação alguma.

Mar bom.—Vento NO.

Da Ericeira, do dia 14

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento NO. e NE.—Mar picado.

De Távira, do dia 14

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento NO. fresco.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 14

Entrou o palhote Caminha, de Caminha em 7 dias, com milho.

Não saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento variavel.

Encahou um brigue na costa da Hespanha, proximo d'esta barra; foi mandado socorrer por esta capitania, e está livre de perigo.

De Faro, do dia 14

Entrou o hiate portuguez Liberdade, de Setubal. Saídas—Vapor portuguez D. Luiz, para Lisboa e portos de Villa Nova de Portimão, e Lagos, levando passageiros e 10 praças de marinhagem.—Palhote portuguez Caudillo Leão, para Gibraltar.—Rasca Santo Antonio e Almas, para Gibraltar.—Bote hespanhol Virgem do Carmo, para Ayamonte.—Cahique portuguez Senhora do Rosario, para Gibraltar, com passageiros.

De Setubal, do dia 14

Entrou o brigue sueco Confiança, da altura do Porto, arribado com agua abenta.

Saídas—Portuguezes, rasca Santa Maria, para o Porto, com sal; patacho Canhões, para Montevideu, com sal.—Barca franceza Louis, para a Terra Nova, com sal.

Vento NNO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 15 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

(PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS PELO CORREIO)

De S. Martinho, do dia 7

Entradas—Hiatos do estado, Marinha Grande, mestre Sabino Gonçalves, de Lisboa em 2 dias, com carris de ferro; 12 praças de guarnição; Vallada, mestre Francisco de Paulo, de Lisboa em 2 dias, com carris de ferro; 11 praças de guarnição.—Bateira Nova Oliveira, mestre José de Oliveira Pinho, de Lisboa em 9 dias, com carris de ferro; 6 pessoas de tripulação.—Rasca Adelaide, mestre José Fernandes da Silva, de Vianna do Castello em 2 dias, com milho; 8 pessoas de tripulação.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 8

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento NNE. e NE. fresco.—Algun mar agitado na barra.

Do dia 10

Entrou o hiate portuguez Treze de Maio, mestre Luiz Gavinhos Torres, de Vianna do Castello em 24 horas; 10 pessoas de tripulação.

Saiu a bateira Flor de Santos, para Lisboa, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Vento fresco do NNE.—Mar bom na barra.

Do dia 11

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Tempo de aguaceiros.—Vento de rajadas frescas do NNO.—Mar alguma cousa agitado na barra.

Do dia 12

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Durante a noite vento muito fresco ONO.—Mar bastante agitado na barra e bahia, obrigando a estar as barcas amarradas a 7 e 8 ferros.—O vento rondou fresco para o NNO. e NO.

Capitania do porto de S. Martinho, em 12 de março de 1860.—Manuel Leocadio de Almeida, capitão do porto.

De Peniche, do dia 7

Entradas—Cahiques, Bom Jesus e Almas, mestre José Gonçalves, da Figueira em 1 dia, com sal e encomendas; 9 pessoas de tripulação; Andorinha, mestre José da Silva Moleta, da Figueira em 1 dia, com sal e encomendas; 9 pessoas de tripulação.

Do dia 8

Entrou o hiate Cortez, mestre Antonio Gavinho Vianna, de Caminha pela Ericeira em 1 dia, com milho; 6 pessoas de tripulação.

Do dia 9

Entrou o hiate portuguez Christina, mestre Francisco da Silva Caldas, de Villa Nova de Portimão para a Figueira em 8 dias, em lastro; 8 pessoas de tripulação, arribado a este porto.

Do dia 10

Entradas—Goleta hespanhola Harmonia, mestre José Gonçalves, da Torre Velha para Ponte Vedra em 6 dias, com sal; 8 pessoas de tripulação.—Rasca portuguez Alina, mestre Graciano Franco, da Ericeira para Caminha em 3 dias, em lastro; 6 pessoas de tripulação.—Polca hespanhola Crunhense, mestre José Rozese, de Valencia para

Vigo em 8 dias, com vinho e varios generos; 8 pessoas de tripulação.—Goleta hespanhola Benito, mestre Onofre Pôg, da Torre Velha para Ponte Vedra em 9 dias, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Cahique portuguez Santa Rita, mestre João Gomes, de Ceimbra para a Figueira em 2 dias, com sardinha; 10 pessoas de tripulação; todos arribados a este porto.

Do dia 11

Entradas—Hiatos portuguezes, Estrella de Caminha, mestre Manuel Gavinha Torres, de Setubal para Caminha em 2 dias, com sal; 9 pessoas de tripulação; Oliveira, mestre Agostinho Ribeiro, de S. Martinho para Vianna em 6 dias, com pedra de cal e lenha; 5 pessoas de tripulação; ambos arribados a este porto.

Declaro que no mesmo ancoradouro se acham um vapor de tres mastros e uma polca, ambos da nação hespanhola pelas bandeiras que largaram, mas como não vieram ainda a terra, ignoro os seus nomes e mais circumstancias.

Capitania do porto de Peniche, em 11 de março de 1860.—O patrão-mór servindo de capitão do porto, José Joaquim Antão.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 15 de março.—Não houve cotização.

Bolsa de Paris, 15 de março.—3 por cento francez a 68,05—4 1/4 dito a 95,75.

Bolsa de Londres, 15 de março.—Consolidados de 95 a 95 1/4.

AVISOS

ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA DO CAMPO GRANDE

A commissão fundadora d'este estabelecimento convida todas as pessoas que tem concorrido com seus donativos, ou de qualquer maneira contribuido para a sua fundação, a reunirem-se domingo 18 do corrente, á uma hora da tarde, na rua do Arsenal, n.º 16, a fim de lhes ser apresentado o projecto de estatutos, pelos quaes terá de reger-se a associação, e para que possam subir á approvação de Sua Magestade.

Lisboa, 14 de março de 1860.—Francisco Izidoro Vianna, secretario.

MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO

ANNO DE 1860

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

O conselho Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa.

O conselho Antonio Martins de Azevedo.

O conselho Victor da Silva Teixeira de Gusmão Francisco Pereira.

Antonio Maria Gomes

Pedro Roberto Dias da Silva.

JUNTA ADMINISTRATIVA

O conselho Olympio Joaquim de Oliveira.

Os conselheiros Firmo Augusto Pereira Marecos

Joaquim José do Nascimento Lupi

José Bernardo da Rosa.

José Tavares de Macedo

Luiz Francisco Midosi

Rodrigo de Moraes Soares.

Antonio José de Torres Pereira

Mariano Cesario de Abreu Martins Cerveira

Mauricio Leonardo Fernandes Rodrigues

Nuno José Gonçalves.

Joaquim Maria da Costa Cardeira.

Antonio Severo de Sá.

Marcellino Antonio de Moraes.

Joaquim Guilherme Gil.

Sala das reuniões do monte pio, em 4 de março de 1860.—Joaquim Victor da Silva Teixeira de Gusmão, 1.º secretario.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembleia geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 17 do corrente, pelas 7 1/4 horas da noite, para se tratar de objectos que se acham pendentes de outras sessões, e designar o emprego dos fundos.

Lisboa e sala da associação, aos 12 de março de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

De ordem do ex.º presidente são convocados todos os socios para a reunião da assembleia geral, que deverá ter lugar no proximo domingo, 18 do corrente, pelas onze horas da manhã, no local do costume, a fim de se elegerem os cargos que faltam a ser preenchidos.

Sala das sessões, em 12 de março de 1860.—Francisco Rangel de Lima, 1.º secretario.

EMPRESTIMOS SOBRE PENHORES

No escriptorio do monte pio geral da marinha, junto á entrada principal do arsenal, empresta-se dinheiro sobre penhores de ouro, prata, joias, fundos publicos e accções do banco ou de companhias.

MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembleia geral convida a mesma para a reunião, que terá lugar no dia 23 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de se continuar a discutir a ordem do dia da sessão passada.—O 1.º secretario da mesa, José Guilherme dos Santos Lima.

Lisboa e escriptorio do monte pio geral, em 13 de março de 1860.—O secretario, Augusto Cesar da Fonseca.

ASSOCIAÇÃO TYPOGRAPHICA LISBOENSE E ARTES CORRELATIVAS

Sabbado 17 do corrente, ás 7 horas e meia da tarde, haverá reunião da assembleia geral. Ordem do dia: apresentação e discussão do parecer da commissão de contas; apresentação da escusa dada pelo presidente da mesa, e eleição do mesmo cargo.

Mesa, 14 de março de 1860.—O secretario, F. de S. Pereira.

ASSOCIAÇÃO FRATERNA DE BARBEIROS, AMOLADORES E CABELLEIROS

O sr. presidente da assembleia geral convoca esta para se reunir no dia 19 do corrente mez, pelas oito horas da noite, sendo a ordem dos trabalhos a continuação da discussão do parecer da commissão revisora, e eleições.

Lisboa e casa da associação, 13 de março de 1860.—O secretario, F. P. do Carmo e Sousa.

LYCEU DE GARRETT

Rua de S. Bernardo n.º 2

São, de ordinario, ostentosos programmaes, que precedem a abertura de novos estabelecimentos, e nem sempre essas elevadas aspirações, que só eram dourados sonhos de esperança, offerecem na pratica os excellentes resultados que a opinião publica espera, tendo chegado mesmo a produzir em muitos o effeito contrario.

E se é a pratica, que nos assegura o credito de qualquer estabelecimento, se são os factos que nos confirmam a sua utilidade, devem ser elles o verdadeiro e unico programma de um estabelecimento de instrucção.

E o nosso. Saído apenas dos bancos das aulas, e sentindo decidida vocação para o magisterio, abrimos, pelos fins de 1857, o lyceu de Garrett; e ainda que em breve vimos reconhecido aproveitamento em muitos dos nossos alumnos, obtendo alguns approvação em exames publicos, contudo silenciosos nos conservamos até hoje; e por isso desconhecido e ignorado, porque esperavamos uma somma de resultados praticos, que fallam por si, e bem alto; são a verdade sem apparato, sem ostentação.

Agora, pois, que elles têm correspondido aos nossos desejos e unico fim; agora que vemos nossos esforços coroados com o feliz resultado, que maior numero de mancebos confiados ao nosso ensino tem conseguido; agora que contamos vinte e dois exames feitos nos estabelecimentos do estado, não só em instrucção primaria, mas em diversas disciplinas de instrucção secundaria, vamos offerecer á consideração publica esses fructos de um trabalho insano e espinhoso, como documento authentico, como prova certa e incontestavel, de qual tem sido a nossa fadiga e dedicação no desempenho da ardua tarefa que nos impozemos, e como um penhor seguro de qual será no futuro o nosso interesse por continuarmos a obter tão lisonjeiros resultados.

E com este programma unico que nos apresentamos, e com elle esperamos continuar a merecer a confiança publica.

No lyceu de Garrett professam-se todas as aulas primarias, que servem de preparatorios para as aulas superiores, e recebem-se alumnos internos e externos.

Alumnos do lyceu de Garrett

approvados no lyceu nacional de Lisboa

EM INSTRUÇÃO PRIMARIA

Francisco José Monteiro

Carlos Moniz Tavares

Joaquim Antonio Caminha

José Carlos do Rego

José da Silva Mendonça

Augusto Domingos Garraio

Augusto de Castro Mariz Zacharias